

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Silvana Maia Borges¹

O presente artigo é um estudo bibliográfico que aborda a centralidade da Educação Profissional Tecnológica nas políticas públicas brasileiras nos últimos anos, especialmente a partir do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), iniciado em 2011. Diante do exposto, o objetivo do estudo foi compreender a prioridade conferida à Educação Profissional Tecnológica, na agenda educacional do país, uma vez que nem toda ideia entra na agenda dos governos e nem todos os temas da agenda se convertem em programas (a agenda pública é determinada conforme a dinâmica das forças políticas). Para atingir o objetivo traçado, buscou-se definir inicialmente o que é política pública e, em seguida, como se constitui a agenda dos governos, de modo geral. Na sequência, procurou-se entender as políticas no contexto do Estado capitalista e, por fim, as principais razões de a EPT estar tão presente na agenda das políticas educacionais dos governos recentes. O levantamento oportunizou reflexões, especialmente em torno da constatação da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, o que corrobora com a visão de que muitas vezes a educação está atrelada a interesses mercadológicos. Além disso, verificou-se que a política educacional do Pronatec é dotada de características neoliberais, contribuindo, portanto, com a manutenção da hegemonia capitalista. Desse modo, avalia-se necessário repensar o referido programa, a fim de rever sua finalidade e, especialmente, a qualidade da formação que vem proporcionando aos trabalhadores brasileiros, pois se acredita que ele não esteja oportunizando emancipação ao seu público, prerrogativa esta essencial a toda e qualquer formação e também às políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação Profissional. Políticas Públicas. Pronatec.

INTRODUÇÃO

Em tempos de grande destaque ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), iniciado em 2011, e definido pelo governo federal como prioridade no campo da educação profissional - EP, as expectativas são muitas e as demandas também. E como aponta Lima (2012, p. 73),

[...] mesmo com o aumento dos recursos voltados para a educação pública, o ressurgimento da Rede Federal de Educação Profissional como elemento estratégico do desenvolvimento do país é um processo deveras incompleto, tanto do ponto de vista estrutural (pessoal, prédios, laboratórios etc.) quanto pedagógico (implantação da integração do Ensino Médio (EM) com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e com a Educação Profissional (EP) via “lftetização” dos CEFETs).

Considerando o cenário descrito, o texto em questão versa sobre o tema “Políticas públicas e Educação Profissional Tecnológica”. Logo, o objetivo central

¹ Psicóloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, silvanamborges@gmail.com. Apresentadora. Orientadora Professora Dra. Valéria De Bettio Mattos.

Eixo 1 – Estado e Políticas Educacionais.

deste breve estudo bibliográfico foi compreender a prioridade conferida à Educação Profissional Tecnológica – EPT, na agenda educacional brasileira nos últimos anos. Outrossim, a problemática do estudo está em compreender por que a EPT tem se feito presente na pauta das políticas educacionais do país.

Desse modo, buscou-se definir inicialmente o que é política pública e, em seguida, como se constitui a agenda dos governos, de modo geral. Na sequência, procurou-se entender as políticas no contexto do Estado capitalista e, por fim, as principais razões de a EPT estar no centro da agenda das políticas educacionais nos governos recentes. O levantamento realizado permitiu, portanto, tecer reflexões, especialmente em torno da transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, corroborando com a visão de que muitas vezes a formação, na modalidade contemplada neste estudo, está atrelada aos interesses mercadológicos.

POLÍTICA PÚBLICA E OUTRAS DEFINIÇÕES PRELIMINARES

Conforme Höfling (2001), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado². E para compreender e avaliar políticas públicas sociais é fundamental compreender a concepção de Estado e de política social. Assim, visões diferentes de sociedade, Estado e política educacional geram projetos de intervenção distintos. Neste contexto, questões de fundo perpassam as decisões tomadas, escolhas feitas, caminhos de implantação, modelos de avaliação e estratégias de intervenção governamental. Por isso, para a autora citada, é fundamental entender a relação que se estabelece entre Estado e políticas sociais.

Além do referido, de acordo com Höfling (op. cit.), as políticas sociais tiveram origem nos movimentos sociais do século XIX. Elas são ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a redistribuição de benefícios sociais, buscando minimizar as diferenças produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. E, como afirma a autora, é impossível pensar em Estado sem um projeto político de uma teoria social para a sociedade como um todo. Com isso, “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que

² Conforme Höfling (2001, p. 31), Estado é o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo. Já governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para a sociedade como um todo, em determinado período.

perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (HÖFLING, 2001, p. 38);

Com relação ao significado de política pública, conforme Souza (2006), este é o “campo do conhecimento” que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação” e, quando necessário, propor mudanças no rumo e curso destas ações. Para a autora em questão, “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (p. 26).

Já segundo Parada (2006), a política e as políticas públicas são entidades diferentes, mas que se influenciam reciprocamente. Ambas têm a ver com o poder social. Mas enquanto a política (*politics*) é um conceito amplo, relativo ao poder geral, as políticas públicas (*policies*) correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos. As políticas públicas são, portanto, um fator comum da política e das decisões do governo e da oposição. Neste sentido, para o autor aludido, a política pode ser entendida como a busca de estabelecer políticas públicas sobre determinados temas e de influir neles. Logo, é parte fundamental do fazer do governo o desenho, gestão e evolução de políticas públicas. O objetivo dos políticos (tanto os mais conservadores quanto os idealistas) consiste em obter e estabelecer políticas públicas de sua preferência, ou bloquear aquelas que acham inconvenientes. Sendo assim, os governos são instrumentos para a realização de políticas públicas.

Afora o exposto, outros esclarecimentos importantes são feitos por Souza (2006). Para a autora, dentre as diversas definições e modelos sobre políticas públicas, pode-se extrair e sintetizar que: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora, seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; Política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; ainda, a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Concluindo as ideias de Souza (op. cit.), o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que ela visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/ regras que irão modelar a decisão e a implementação desta política.

Espinoza (2009) também contribui com a definição de política. Desse modo, para ele o conceito de política (*policy*) não tem um uso padrão e frequentemente tem significado ambíguo. Por isso, Dye conclui que o termo política é simplesmente “o que os governos decidem fazer ou não fazer” (1978 apud ESPINOZA, 2009, p. 3). Já o conceito de política pública (definido por vários autores, de modo mais semelhante) seria um conjunto de decisões inter-relacionadas que são adotadas por um ator ou grupo de atores políticos, que envolve a definição de metas e meios para uma determinada situação. Ainda, o autor refere-se ao conceito de política educacional, o qual inclui três elementos: uma justificação para considerar o problema a ser abordado; um propósito a ser alcançado pelo sistema educacional; uma “teoria da educação” ou conjunto de hipóteses que explique como esse propósito será alcançado.

Com relação à definição da agenda pública, Parada (2006) aponta que nem toda ideia entra na agenda e nem todos os temas da agenda se convertem em programas. A agenda pública é definida e redefinida segundo a dinâmica das forças políticas. Por isso, para o autor referido, um programa é uma seleção de temas e propostas feitos pelo sistema político, principalmente pelos partidos. A política é “a esfera da decisão social” (p. 78), particularmente na democracia.

Parada (op. cit.) indica também que a fragmentação do sistema político afeta a estabilidade da sua agenda; a opinião pública afeta mais a agenda do que as políticas. Diante do exposto, para o autor não há políticas públicas ótimas, mas categorias de soluções possíveis. Não há garantia de se escolher a melhor política pública, mas é um dever dos governos eleger cursos de ação. Logo, as novas políticas públicas são a seleção de temas e objetivos dos programas de governo.

Cabe ainda um último apontamento: as políticas raramente se extinguem completamente, pois elas se transformam e se combinam com outras, sendo que “as políticas públicas são imortais” (PARADA, 2006, p. 72).

POLÍTICAS NO CONTEXTO DO ESTADO CAPITALISTA

Segundo Höfling (2001), as Políticas educacionais no contexto do Estado Capitalista podem ser entendidas de dois modos: democrático liberal e social democrático. Com isso, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofre o efeito de interesses diferentes, expressos nas relações sociais de poder.

Para Sônia Draibe (2004), nas últimas décadas, as reformas do Estado e suas políticas, na América Latina, são movidas ou justificadas por razões e argumentos relevantes nas questões de governabilidade e democracia. A autora coloca, assim, um importante questionamento: “quanto e em que dimensão as reformas recentes dos sistemas educativos latino-americanos têm contribuído para a melhoria da governabilidade de nossas sociedades e, mais amplamente, para a qualidade da instituição de nossas democracias”? (DRAIBE, 2004, p. 1). A partir disso, a autora aponta que é tese compartilhada por várias teorias que a qualidade das políticas públicas depende da qualidade da democracia.

Draibe (op. cit.) revela também que, nas políticas sociais, mudou-se de lógica, constituindo-se uma “pauta dura” dos protocolos de reforma, talvez com mais ou igual força e centralidade que as mudanças orientadas no sentido da melhora da equidade, igualdade e redução da pobreza. E a autora lança outro questionamento: Mas a que resultados estaríamos chegando, na perspectiva da democracia? A resposta apresentada é que, o que se viu, infelizmente, foi que abordagens mais formalistas conduziram os processos de redemocratização latino-americanos. Os conteúdos democráticos e republicanos da reforma do Estado e suas políticas foram desconsiderados e abriu-se espaço para a lógica mercantil, inspirada no modelo institucional fundamentado no Consenso de Washington (DRAIBE, 2004).

Corroborando com o exposto, Sallum (2003) refere que a transição política brasileira começou com a crise de Estado de 1983-1984 e terminou com o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, momento em que o Estado ganhou estabilidade segundo um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e, completamente identificado com a democracia representativa.

Na realidade, segundo o autor mencionado, desde o início da década de 1970, as ideias predominantes nos países centrais e nas agências financeiras

multilaterais em relação à política econômica moveram-se do modelo keynesiano para o monetarista (inclinado a políticas rígidas de contenção de gastos públicos e de controle monetário). Isso restringiu a autonomia das políticas econômicas nacionais. “Assim, embora o liberalismo econômico no Brasil só tenha se tornado politicamente hegemônico nos anos de 1990, essa hegemonia começou a ser socialmente construída ainda na segunda metade da década de 1980” (SALLUN, 2003, p. 41).

Indo mais adiante, Sallun (op. cit.) indica que a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição para a Presidência da República em 2002, resultou, evidentemente, em mudança da coalizão política governamental, mas ela não tende a produzir qualquer ruptura na hegemonia liberal estabelecida anteriormente. O importante conjunto de reformas liberalizantes dos anos 1990 definiu o quadro institucional básico que regulará as relações entre o Estado e o mercado e entre o sistema econômico nacional e o capitalismo mundial no começo do século XXI. Esse quadro dificilmente será alterado em médio prazo, pois é a materialização de uma nova perspectiva hegemônica na sociedade (SALLUN, 2003).

Mas como afirma o autor acima citado, de qualquer forma, foi notável o progresso brasileiro na direção de uma sociedade mais democrática. E para ele, o maior desafio e também o mais necessário para a sociedade brasileira superar neste século XXI é a inclusão social e econômica dos mais pobres, que ainda permanecem à margem das conquistas materiais da civilização moderna.

Ainda, Krawczyk e Vieira (2008) elucidam o cenário descrito apontando que a descentralização educacional (a partir da década de 1990) mudou a histórica relação federativa do país e implicou em novo papel à iniciativa privada e à pessoa física na educação. Houve rompimento na exclusividade do Poder Público no financiamento das escolas públicas, por meio da abertura aos setores privado e filantrópico (parcerias).

EPT NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Para Moura (2014), não é possível analisar a problemática educacional descolada da totalidade na qual se insere. É necessário compreender os determinantes históricos, econômicos e políticos que produziram e continuam

produzindo o todo social no qual se situa a educação escolar brasileira. O autor também expõe que:

[...] a divisão social e técnica do trabalho é fundamental para o capitalismo, fazendo com que seu metabolismo demande um sistema educacional classista, que separa trabalho intelectual e trabalho manual, trabalho simples e trabalho complexo, cultura geral e cultura técnica, em escolas que formam seres humanos unilaterais, mutilados, principalmente os das classes subalternizadas (MOURA, 2014, p. 354).

Para o referido autor, é em meio a esses projetos em disputa (o do capital e o do trabalho), que a sociedade vem se movendo nos últimos séculos. Dependendo da correlação de forças em cada momento, se avança ou se recua em uma ou outra direção, mas o capital se mantém hegemônico. Neste sentido, Moura (op. cit.) aponta que o Pronatec possibilita a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, especialmente para o “Sistema S”. Com isso, o Estado brasileiro financia o interesse privado e lhe concede o direito de decidir sobre a concepção da formação proporcionada à classe trabalhadora. Para o autor supracitado, isso se confirma na Lei 12.513, de 2011 (Pronatec), a qual refere que:

Art. 6º Para cumprir os objetivos do Pronatec, a União é autorizada a transferir recursos financeiros às instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais ou dos serviços nacionais de aprendizagem correspondentes aos valores das bolsas-formação de que trata o inciso IV do art. 4º desta Lei [...] (BRASIL apud MOURA, 2014, p. 361).

Os aspectos descritos também são consoantes ao que Höfling (2001) denota: na educação neoliberal, existem consumidores. Assim, o Estado divide suas responsabilidades com o setor privado.

Com relação ao Pronatec, de acordo com Deitos, Lara e Zanardini (2015), como programa integrador da política educacional para a EP no país, o mesmo representa a forma estruturante articuladora nacional, no conjunto de ações educativas e formativas da força de trabalho e, por conseguinte, das estratégias que viabilizam as políticas macroeconômicas adotadas. Desse modo, as diretrizes governamentais comprovam a dinâmica centralizadora e articuladora que o referido programa assume no conjunto das políticas adotadas para a educação profissional no país.

Para ilustrar a prioridade conferida à EPT nos últimos anos, os autores informam que ocorreu no Brasil um forte crescimento nos investimentos públicos nos programas, ações e treinamentos no campo da educação profissional em nível da qualificação inicial e continuada, por meio dos cursos técnicos e tecnológicos. Os valores orçamentários executados entre os anos de 2006 e 2011 mostram a dimensão dos recursos públicos investidos, de 1,5 bilhões em 2006, para quase 6 bilhões de reais em 2011. Complementando o exposto:

Dados preliminares mais recentes dão conta que os recursos dirigidos para sustentar as metas previstas na política pública de educacional profissional, tendo no Pronatec sua estratégia central de articulação com os setores privados em todos os ramos da economia, são muito superiores aos destinados até 2011, ano de criação do Pronatec, de acordo com dados publicados em nota pública encaminhada ao Ministério da Educação pelos pesquisadores reunidos no *II Colóquio Nacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional*, realizado em 2013, os valores previstos para a política de educação profissional “São 24 bilhões de reais (BRASIL, 2012) cuja maior parte destina-se ao sistema ‘S’, inclusive, para financiar a ‘expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem’[...]”. (IFRN, apud DEITOS, LARA E ZANARDINI, 2015, p. 995).

Seguindo com as elucidações acerca da EPT, Lima (2012) revela que o governo Dilma Rousseff “pseudocria” direitos, empurrando a educação profissional para um processo de mercantilização que pode fortalecer o papel do “Sistema S” na oferta de ensino técnico, com reforço na modalidade concomitante, havendo hegemonia do subsequente em detrimento do verdadeiro integrado. O autor também acredita que essa mercantilização pode ser vista na formação humana com base em dois indicadores, quais sejam:

1) a fragmentação e a desarticulação curricular, que indicam a aceleração dos tempos formativos, fruto do pragmatismo, do utilitarismo pedagógico que tende a implantar configurações curriculares que desprezam os vínculos epistêmicos existentes entre teoria e prática, entre formação geral e formação específica; 2) as novas formas de esvaziamento da intervenção do Estado, que pseudocriam direitos validados pela via meritocrática sustentada pelo financiamento público de bolsas de estudos que reiteram as parcerias público-privadas (LIMA, 2012, p. 77).

O autor acima exposto revela ainda que a capacidade do Estado de responder às demandas qualitativas e quantitativas do mercado e a disposição dos capitalistas em financiar parte desse processo, especialmente nos países de fora do centro do capital, tem se transformado em função das crises nas quais o próprio

sistema econômico está mergulhado e suas consequências na relação oferta pública e oferta privada no campo da formação humana, com destaque para o Ensino Médio e Técnico. Logo, no momento atual, onde há o esvaziamento da ação do Poder Público num estado neoliberal, transfere-se para as empresas parte desse custo, sendo que estas tenderão a mercantilizar o processo formativo. O autor aponta assim, os grupos dominantes, beneficiários da estratégia do governo atual, sendo eles:

(a) os empresários que empregam os egressos que ao investirem diretamente na formação (sem a mediação do Estado) fazem dessa modalidade de ensino (que deveria, articulada com o Ensino Médio, ser um direito social) instrumento de controle da qualificação dos trabalhadores inseridos na produção; (b) os empresários que vendem os cursos que têm nesse processo fonte de lucros/recursos para o ensino privado, colocando em disputa uma mercadoria e um direito social, o público contra o privado; e (c) os governantes que utilizam a EP como elemento de barganha política via distribuição de bolsas (ProUni, Pronatec, FIES, Sistema “S”, Bolsa SEDU) sustentada por critérios assistencialistas ou meritocráticos, quer seja no âmbito do Estado ou da União, na oferta de nível técnico, superior ou FIC (LIMA, 2012, p. 89).

Complementando, para Deitos, Lara e Zanardini (2015, p. 996), os “argumentos teórico-ideológicos e educacionais” que nutrem os fundamentos socioeconômicos e políticos do pragmatismo, o qual da base ao bloco governamental e empresarial para a implementação de reformas da política pública de educação profissional, vem sendo difundido de longa data, com destaque particular desde a década de 1990. E para ilustrar, de forma mais direta e precisa a concepção empresarial sobre as demandas por pessoal qualificado, sem fugir dos propósitos econômicos e ideológicos, os autores em questão citam a visão de destacado empresário brasileiro, que segundo eles é detentor de uma das maiores fortunas mundiais, ao falar de questões econômicas e de produtividade, em reunião realizada no Palácio do Planalto no ano de 2013, sendo que sua opinião converge com as análises do Banco Mundial:

Eu acho que, para a economia crescer, evoluir como eu espero que ela vai evoluir, você tem que ter mão de obra qualificada. Contratar pessoas qualificadas no Brasil está caríssimo no momento, há uma demanda grande e pouca oferta. Então, eu acho que nós temos que melhorar nesse sentido. (LEMANN apud DEITOS, LARA E ZANARDINI, 2015, p. 996).

A partir do exposto, para os autores citados, todo o eixo econômico, político e ideológico do discurso do empresariado, como foi verificado na fala de um dos seus líderes, se articula ao discurso governamental, representado pelo Estado brasileiro e suas unidades federativas. Há, portanto, clareza, acerca da funcionalidade estratégica da política educacional nacional e regional, na composição e reprodução da força de trabalho brasileira. Os autores ainda destacam que, historicamente, os setores econômicos e o empresariado hegemônico sempre transferiram os custos da escolarização e qualificação da força de trabalho para o Estado brasileiro no conjunto das políticas públicas. Corroborando com estas ideias, Lima afirma que:

Desde Pombal, todo novo governo acena com mudanças educacionais justificando-as por argumentos econômicos e financeiros. Entretanto, quase sempre, são muito mais justificadoras do que justificadas. Assim como as reformas educacionais dos militares, mudanças educacionais valem mais pelos seus efeitos e interesses indiretos ou subliminares do que pelos objetivos anunciados. Acreditamos que as políticas educacionais desde sempre, mas, sobretudo, neste momento, tornam-se tanto elemento de afirmação de *marketing* quanto de ideologia dos governos, quanto representam instrumento de regulação dos custos necessários à manutenção da estabilidade financeira, denunciando as ambiguidades neoliberais e neodesenvolvimentistas dos governos Lula-Dilma (LIMA, 2012, p. 88).

Diante do que fora apresentado, compreende-se que a agenda governamental da política pública de educação profissional, ancorada estrategicamente no Pronatec, está atrelada e atravessada pelos os interesses nacionais e internacionais da globalização econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mais uma invenção de moda ou uma necessidade estratégica?” (LIMA, 2012, p. 88). Esta interessante provocação de Lima serve para refletir aquilo que se buscou elucidar no decorrer deste texto, onde, por meio de diferentes autores, verificou-se que a política educacional do Pronatec é dotada de características neoliberais.

A partir do que fora apresentado, pode-se compreender algumas motivações em torno da prioridade fornecida à EPT na agenda educacional brasileira nos últimos anos. Logo, a composição da agenda governamental acerca das políticas educacionais não é feita ao acaso ou de forma desinteressada. Representando um

“jogo de forças políticas”, a agenda não serve apenas para atender demandas sociais. Percebeu-se, que ela também cumpre importante função junto ao empresariado. Desse modo, as políticas priorizadas na EPT oferecem a mão de obra trabalhadora necessária à força produtiva, contribuindo, portanto, com a manutenção da hegemonia capitalista.

Neste sentido, sem garantir o direito constitucional de acesso universal e gratuito à Educação Básica, através da profissionalização em nível técnico, o Estado brasileiro, comprimido pelo crescimento econômico e pela demanda social, busca realizar a formação profissional para o mercado por meio da formação via financiamento público, como foi exemplificado, especialmente por meio de bolsas em instituições privadas.

Cabe ressaltar, por fim, que a política pública deve conter objetivos políticos democráticos, sendo que a emancipação dos sujeitos deve ser prerrogativa essencial nas políticas educacionais. Pelo que se observou nas descrições do Pronatec, faz-se necessário repensá-lo, a fim de rever sua finalidade e, especialmente, a qualidade da formação que está propiciando aos trabalhadores brasileiros, pois como revela Grinspun (2009, p. 26), “ainda não está claro que tipo de educação deveremos dar aos nossos alunos – em especial aos criadores/produtores da tecnologia para dela fazer-se um aliado e não um simples objeto de dominação ou até de alienação”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEITOS, Roberto A.; LARA, Angela M. de Barros; ZANARDINI, Isaura M. Souza. Política de Educação Profissional no Brasil: Aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, nº. 133, out/dez, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400985&lang=pt>. Acesso em 06 jun. 2016.

DRAIBE, Sônia Miriam. Reforma educativa y cualidad de las instituciones democráticas: observaciones sobre la experiencia latinoamericana reciente desde el punto de vista de las condiciones institucionales de la gobernabilidad. In: FANFANI Emilio Tenti (org.) **Gobernabilidad de los sistemas educativos en América Latina**. Buenos Aires: IIPE –UNESCO, 2004.

ESPINOZA, Oscar. Reflexiones sobre los conceptos de “política”, políticas públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.17, n.8, abril 2009.

GRINSPUN, Mírian (org.). **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Campinas: Cadernos Cedes, a.21, n.55, nov.2001.

KRAWCZYK, Nora Rut; VIEIRA, Vera Lucia. **A reforma educacional na América Latina nos anos 1990**: uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo: Xamã, 2008 (Cap. Brasil).

LIMA, Marcelo. Problemas da Educação Profissional do Governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.2, mai/ago, 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/37418/24159>>. Acesso em 05 jun. 2016.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Profissional no PNE (2014-2024): Avanços e contradições. In: **Revista Retratos da Escola. PNE 2014-2024: desafios para a Educação Brasileira**. v. 8, n. 15, 2014. SECRETARIA de Articulação dos Sistemas de Ensino -SASE/MEC. Sistema Nacional de Educação, texto de referencia para o debate. Brasília, 2014.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SALLUM Jr., Brasília. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-54, jun. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006, p. 20-45